

**HABEAS CORPUS Nº 483.189 - SP (2018/0328826-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : EDLENIO XAVIER BARRETO E OUTRO  
**ADVOGADO** : EDLENIO XAVIER BARRETO E OUTRO(S) - SP270131  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEONARDO DE OLIVEIRA GONCALVES (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO TENTADO. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE INDEFERE MEDIDA DE URGÊNCIA. SÚMULA 691/STF. SUPERAÇÃO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VEDAÇÃO AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PACIENTE QUE RESPONDEU À AÇÃO PENAL EM LIBERDADE. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. Ordem concedida nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Leonardo de Oliveira Gonçalves**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2258253-36.2018.8.26.0000).

Narram os autos que o Juízo da 5ª Vara Criminal da comarca de São José do Rio Preto (Autos n. 0007770-43.2015.8.26.0576) condenou o paciente à pena de 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, por infração do art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II e o art. 18, I, segunda parte, todos do Código Penal. Na oportunidade, foi-lhe vedado o direito de recorrer em liberdade.

Insurgindo-se contra a vedação ao apelo em liberdade, a defesa impetrou *writ*, na origem, o qual teve a liminar indeferida pelo Desembargador Sérgio Ribas (fls. 173/176).

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante sustenta, de início, a superação da súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Alega, em síntese, ausência de motivos concretos para a decretação da prisão quando da sentença condenatória, haja vista que o paciente

respondeu em liberdade a todo o processo.

Destaca que não existiram fatos novos capazes de ensejar a prisão do paciente.

Requer, assim, inclusive liminarmente, a suspensão da prisão decretada na sentença, a fim de que seja assegurado ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento deste *writ*. No mérito, pugna pela confirmação da liminar, para que o paciente permaneça em liberdade *até o exaurimento dos recursos sujeitos a julgamento pelo Tribunal revisor, sem prejuízo da substituição da prisão do paciente por medidas cautelares* (fl. 36).

Deferida a liminar, prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou, pelas palavras da Subprocuradora-Geral da República Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre, pelo não conhecimento do *writ*, mas pela concessão da ordem.

Em consulta à página do Tribunal de Justiça na internet, observei que, em 8/2/2019, foi cadastrada a apelação criminal interposta contra a sentença condenatória e que ainda não foi julgado o mérito do *writ* originário.

É o relatório.

Entendo que é o caso de superação do Enunciado n. 691 da súmula do Supremo Tribunal Federal, devendo a ordem ser concedida.

Da análise dos autos, verifica-se que o Magistrado singular deixou de apontar elementos concretos que justifiquem a imposição da medida cautelar extrema, fazendo referência à gravidade em abstrato do delito e ao fato de que o paciente ***não permaneceu sequer um dia atrás das grades***, assim, haveria, *a necessidade de acautelar o meio social, garantindo a credibilidade da Justiça* (fl. 134 – grifo nosso):

"Nego ao réu o direito de apelar em liberdade, **para a garantia da ordem pública**.

Trata-se de crime gravíssimo o cometido, sendo a pena imposta elevada.

Ademais, o possível recurso de apelação - quanto ao mérito - tem apreciação limitada pelo Tribunal (art. 593, III "d", do CPP), devendo prevalecer a soberania dos veredictos, já que o acusado foi submetido a um processo legítimo, com ampla possibilidade de defesa.

Reputo ainda necessário dar cumprimento imediato às decisões dos jurados, representantes do povo, **sob pena de total descrédito ao que reza a Constituição Federal quando atribuiu a eles a competência para julgamento de crimes dolosos contra a vida.**

Além disso, **destaco que a liberdade do acusado fere a garantia da ordem pública (art. 312, CPP), visto que não permaneceu sequer um dia atrás das grades, ante a necessidade de acautelar o meio social, garantindo a credibilidade da justiça, já que o crime se reveste de grande violência, provocando indignação na opinião pública e justificando a necessidade da cautela.**"

Tal fundamentação é inadmissível por esta Corte Superior de Justiça, pois com o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão cautelar passou a ser, mais ainda, a mais excepcional das medidas, devendo ser aplicada somente quando comprovada a inequívoca necessidade, devendo-se sempre verificar se existem medidas alternativas à prisão adequadas ao caso concreto.

Nesse contexto, *segundo a jurisprudência desta Corte, aquele que respondeu solto à ação penal assim deve permanecer após a condenação em primeira instância, se ausentes novos elementos que justifiquem a alteração de sua situação.* 4. Após o processamento da ação penal, diante das condições pessoais favoráveis (primariedade reconhecida na sentença), tendo o réu comparecido a todos os atos processuais e **não havendo registro de fato que indique efetivo risco à ordem pública, não pode a prisão preventiva ser decretada na sentença com base em fundamentação inidônea** (HC n. 467.645/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 10/12/2018 – grifo nosso).

E, mais: RHC n. 64.160/SP, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 1º/2/2019; e HC n. 473.105/PE, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 19/12/2018.

Com razão a nobre parecerista quando, em seu parecer, opinou pela concessão da ordem.

Ante o exposto, **concedo** a ordem para assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o esgotamento das instâncias ordinárias, mediante o cumprimento da medida alternativa à prisão, prevista no art. 319, I, do Código de Processo Penal (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades), salvo prisão por outro motivo, fundamentadamente.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator